

APRESENTAÇÃO

A Revista Jurídica do Curso de Direito da Universidade Regional de Blumenau, apresenta com satisfação mais esta edição. Como todas as demais, traz contribuições ricas e inéditas para a valorização e difusão da temática jurídica. O que o leitor recebe hoje é resultante de um trabalho de equipe. Cada vez mais se percebe a necessidade da confluência de esforços quando se pretende atingir altos níveis de qualidade e aprimoramento, nada mais verdadeiro do que a sabedoria popular: “A união faz a força”. Nesta tônica, nós da Revista Jurídica, aproveitamos este espaço para cumprimentar a toda equipe da direção do Curso de Direito, bem como, às autoridades da Universidade pelos esforços em oportunizar ainda mais a qualificação do corpo docente com os convênios, ora firmados, na oferta de Mestrado e Doutorado. Com toda certeza, impulsionará ainda mais as atividades de pesquisa, ensino e extensão na área jurídica e, por conseguinte, contribuirá em nosso mister.

Esperamos que o leitor faça, como sempre, sua viagem por estas páginas, e acredite, como nós, que o campo acadêmico é por princípio aberto às pluralidades temáticas, afeito às reflexões, discussões, inovações que devem ensejar às novas ações, na busca incansável de burilamento e construção do conhecimento. Neste viés, esta edição conta com muitas contribuições.

Diovaney Michael Gramkow Leitis, discorre a partir do Código Civil de 2002, sobre *a responsabilidade civil dos biomédicos e o ato profissional*, elucidando e instigando que é possível, nesta seara de responsabilização, a utilização tanto da teoria subjetiva, como a objetiva na solução jurídica das demandas sociais.

Sobre o Direito Ambiental, tema de grande importância e repercussão da atualidade, Clenio Jair Schulze destaca as *perspectivas do Estado constitucional ambiental*, em estudo de caso que trata de debate judicial sobre o Parque Nacional da Serra do Itajaí.

No campo processual, os autores Feliciano Alcides Dias e Andrey José Taffner Fraga apresentam análise sobre *a repercussão geral nos recursos extraordinários: a necessidade da prévia análise de admissibilidade dos recursos sobrestados*.

Por sua vez, Rissiani D. S. K. Goulart propõe *uma breve reflexão sobre os modelos contemporâneos de democracia: representação x participação*, inicia a partir da categoria democracia, percorrendo sobre as teorias minimalista e ampla, destaca que “[...] o homem só adquire consciência de si, através do outro [...]”, sugerindo aprofundamento maior no estudo da “inclusão do outro” como propõe Habermas.

Também, nesta edição, contamos com a participação de artigo, na área do Direito internacional, escrito por José Noronha Rodrigues, que dos Açores/Portugal, apresenta discussão sobre *o futuro do instituto de asilo no mundo*.

Cumpramos ressaltar ainda, nesta apresentação, outros dois trabalhos que remetem os operadores do Direito às mais profundas reflexões. No campo do Direito Administrativo, o artigo: *o princípio da legalidade administrativa e o abuso do poder pelos agentes públicos*, escrito por Marco Aurélio da Silva, que relaciona a distinção entre o ato praticado nos limites da competência do administrador colimando os objetivos administrativos e o ato eivado de ilegalidade decorrente do abuso de poder, caracterizado pelo excesso de poder e desvio de finalidade que viola o Princípio da Legalidade. Por derradeiro, com chave de ouro, apresentamos *o impacto da incompetência jurídica na sociedade*, de autoria de Carlos Alberto Tavares que evidencia a polissemia do termo incompetência na prestação jurisdicional e, ainda suscita um convite à reflexão da prática docente, para a formação dos futuros profissionais do direito.

Agradecemos a todos que participaram desta edição e desejamos ao leitor que aproveite mais esta oportunidade de reflexão e compartilhamento.

Boa leitura!

Profa. Maria Aparecida Bernart Laux

Prof. Alejandro Knaesel Arrabal

Editores